









Tributos Fim do impasse

## Fazenda e Congresso chegam a acordo por reoneração gradual

\_\_\_\_ Volta da cobrança a 17 setores econômicos da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento será feita de forma escalonada entre 2025 e 2028

## BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram ontem acordo sobre a tributação dos 17 setores econômicos atendidos pela política de desoneração da folha de pagamentos.

Por esse acerto, a tributação não será alterada neste ano, e um escalonamento da cobrança começará a valer no ano que vem e se estenderá até 2028. A taxação sobre a folha de pagamentos do 13.º salário só ocorrerá no último ano. A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por uma taxação de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

O próximo passo, segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, é que o acordo seja formalizado pelo Supremo Tribunal Federal antes do próximo dia 20 quando começaria a cobrança.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. Por decisão do Congresso no ano passado, a política foi prorrogada até 2027, mas acabou suspensa por uma

Fórmula A desoneração substitui a contribuição de 20% sobre a folha por taxação de 1% a 4,5% sobre a receita bruta

decisão liminar do STF em ação movida pelo governo federal, que ignorou a votação no Congresso. A alegação foi de que o Congresso não previu uma fonte de receitas para bancar o programa.

Com o impasse provocado pela decisão judicial e na iminência do início da cobrança, representantes dos setores atendidos pelo programa abriram 
uma negociação com o governo. O pleito inicial previa que a 
reoneração gradual só começasse em 2026 e que se alongasse 
até 2029, mas o Ministério da 
Fazenda não aceitou esticar a 
desoneração para além de 2027.

Em entrevista ontem ao Estadão, Haddad afirmou que o governo ainda faz as contas para saber como vai compensar a renúncia da desoneração no Orçamento deste ano, avaliada em cerca de R\$ 20 bilhões. Também ficou em aberto uma solução para os pequenos municípios, que foram incluídos no programa por iniciativa do Congresso.

Haddad também deixou

Haddad também deixou a discourante dos tributos que incidem sobre os salários no futuro. "Se formos perseverantes, muito antes de 2027 teremos aprovação de um substitutivo para isso (cobrança sobre a folha de pagamentos), de alguma coisa que faça mais sentido do que o atual modelo. Todo mundo concorda que esse modelo está, de certa forma, ultrapasado", disse Haddad (mais informações na pág. B4).

"A mensagem prática, que precisa ser dada, é o compromisso do governo federal, do ministro da Fazenda, de que no ano de 2024 mantém-se como está, a desoneração da folha", disse Pacheco.

ENCARGOS TRABALHISTAS SUPERAM 100% DO VALOR DOS SALÁRIOS NO PAÍS. PÁG. B2



pressreader PressReader.com +1 604 278 4604 corress Andreader.com +1 604 278 4604 corresses Andreader.com +1 604 278 4604 correspenditure.com +1 604 278 4